

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020
(Do Sr. Deputado Alexandre Padilha)

Requer que sejam prestadas informações por parte do Ministro de Estado da Saúde acerca das medidas deste Ministério para garantir a oferta de vacinas contra à COVID-19 para a população brasileira..

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que sejam prestadas informações completas por parte do Ministério da Saúde acerca das medidas deste Ministério para garantir a oferta de vacinas contra à COVID-19 para a população brasileira.

- 1- Cópia integral do acordo de cooperação/protocolo de intenções/memorando de entendimento, ou qualquer outro instrumento assinado pelo Ministério da Saúde ou entidades vinculadas junto a empresas que são potenciais fornecedoras de vacinas contra à COVID-19, com ênfase na AstraZeneca e da aliança COVAX.
- 2- Existe documento assinado pelo Governo Brasileiro com alguma empresa potencialmente ofertante de vacinas contra à covid onde repassa a empresa o direito de determinar o período de fim da Pandemia?
- 3- Quais são os mecanismos de regulação dos preços presentes nos instrumentos e que orientam a atuação do Governo brasileiro?
- 4- Quais são os instrumentos que o Governo brasileiro tem utilizado para garantir a transferência de tecnologias?



- 5- O Brasil tem interesse em realizar o licenciamento compulsório destas vacinas?
- 6- Qual a previsão de vacinas por fornecedor e por período que orienta o atual planejamento do Ministério da Saúde?

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério da Saúde como autoridade sanitária máxima no Brasil, tem como dever constitucional zelar pela saúde de todos e pelo bem estar-social, inclusive com a oferta de protocolos e na orientação de Políticas Públicas de Saúde.

O Brasil possui um importante Programa Nacional de Imunizações (PNI) onde distribui mais de 300 milhões de doses anuais em vacinas, soros e imunoglobulinas, Programa que contribuiu com conquistas históricas como a erradicação da varíola e da poliomielite, além da grande redução de mortes por sarampo

Diante deste cenário, a Pandemia da SARS-COV-2 trouxe um enorme desafio sobre como realizar o abastecimento e a oferta de vacinas para toda população brasileira diante desta pandemia.

Nos últimos dias, algumas notícias apontam que o Ministério da Saúde busca fazer a compra de mais de 130 milhões de doses de vacinas:

“Brasil prevê 140 milhões de doses no 1º semestre e vacinação contra a Covid-19 vai exigir CPF.

O secretário executivo do Ministério da Saúde, Elcio Franco, disse nesta quinta-feira (8) que o Brasil tem a previsão de oferecer, ao menos, 140 milhões de doses da vacina contra a Covid-19 no primeiro semestre de 2021. Segundo Elcio



Franco, diante do atual estágio dos testes, a previsão é que a vacinação comece no primeiro trimestre do próximo ano.

O governo ainda estuda em um comitê como será o programa nacional de vacinação, mas já prevê o cadastro obrigatório de CPF das pessoas vacinadas para monitoramento de eventuais reações.

"Diferente de outras campanhas, ela exigirá a identificação do cidadão, através do uso do CPF. Esse registro vai permitir o monitoramento constante de eventos adversos, todos os sistemas de comunicação estarão conectados", disse Jacson Venâncio de Barros, diretor do Departamento de Informática do SUS.

Ainda de acordo com Barros, está em desenvolvimento um modelo de certificado de vacinação em PDF com dados em QRCode. Ele será emitido em uma plataforma do Sistema Único de Saúde (SUS): cada vacinado poderá salvar ou compartilhar o comprovante, e o documento poderá ser validado por terceiros, inclusive com uso de uma chave de segurança para garantir a autenticidade.

A previsão de 140 milhões de doses considera duas fontes de fornecimento: uma será o acordo fechado pelo Brasil com a iniciativa COVAX Facility, liderada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Além dele, o governo também já fechou contrato com a AstraZeneca/Universidade de Oxford.

Com a COVAX o governo prevê doses para vacinar 20.242.106 pessoas, sendo elas de três grupos: indivíduos com 80 ou + (4.441.053), pessoas com morbidades (10.766.989) e trabalhadores de saúde (5.034.064).

Todas as vacinas candidatas do portfólio COVAX preveem a aplicação de duas doses para imunização completa, assim como ocorre com o imunizante projetado pelos parceiros AstraZeneca/Oxford. Assim, a estimativa de 140 milhões de doses seria suficiente para imunizar cerca de 70 milhões de brasileiros, ou seja, 33% da população. O governo ainda prevê a produção própria de doses no segundo semestre e ainda avalia novos acordos com outros fornecedores.

De acordo com o governo, cada dose da vacina recebida por meio da COVAX Facility custará US\$ 21,90. Ao



todo, o acordo com a OMS prevê um desembolso de R\$ 2,5 bilhões, e um primeiro pagamento de R\$ 830.895.256,59 já foi feito, de acordo com o ministério.

Atualmente, o portfólio da Covax considera os seguintes desenvolvedores como potenciais fornecedores da vacina: Inovio, Moderna, Curevac, ThemisMerk, Oxford/AstraZeneca, Novavax, Universidade Queensland, Clover e Universidade de Hong Kong.

No acordo com os produtores AstraZeneca/Oxford, a previsão é de entrega de 100 milhões de doses ainda no primeiro semestre de 2021. No segundo semestre, 165 milhões de doses devem ser produzidas. De acordo com o ministério, o custo estimado por dose será de US\$ 3,16.

O ministério diz que monitora outras vacinas, como a chinesa que será produzida pelo Butantan, mas ainda não há definição sobre compra de doses.”¹

Desta forma, apresentamos este requerimento pela importância de debatermos as medidas aqui apresentadas.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 2020.

Alexandre Padilha

Deputado Federal – PT/SP

1 <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2020/10/08/brasil-preve-140-milhoes-de-doses-no-1o-semester-e-vacinacao-contr-a-covid-19-vai-exigir-cpf.ghtml>

